

19 MAR 1989

Progride a estatização da Saúde

A crise entre os hospitais particulares e a Secretaria da Saúde de São Paulo caminha para confronto em que apenas a população carente está prejudicada. No âmago da questão está a decisão política da Secretaria de estatizar todo o serviço de atendimento médico no Estado. Nos planos da pasta a estatização seria gradativa: primeiro, o governo assumiria o controle do atendimento primário, ou seja, as consultas simples feitas pelos segurados do Inamps na rede de hospitais particulares e pagas pelo Serviço Unificado e Descentralizado de Saúde, para, depois de contornados todos os problemas desta "primeira fase", entregar-se ao Estado o atendimento e o tratamento dos casos de urgência, emergência e especializados.

A expectativa do Estado era a de que o processo fosse gradativo, porquanto ao longo do tempo tanto a rede pública de serviços médicos se adaptaria à nova demanda, como se diluiria a resistência dos hospitais particulares ante o que representava um visível desrespeito ao artigo 199 da Constituição, que assegura à iniciativa privada o direito de também prestar assistência à saúde do brasileiro. Para surpresa do *entourage* estatizante do secretário José Aristodemo Pinotti, a livre iniciativa, desta vez, quando atacada, demonstrou capacidade de de-

fesa: levantou a luva atirada pela Secretaria, que acusara de forma generalizada a rede privada de fraude, exigiu provas e fez valer sua palavra ao paralisar todos os serviços de atendimento primário em São Paulo. Os fatos desencadearam uma crise que apresenta dois ângulos especialmente perigosos: primeiro, o dia-a-dia do atendimento médico do necessitado fica visivelmente prejudicado, e, depois, verifica-se que aquilo que ocorre com a saúde em São Paulo nada mais é que uma espécie de ensaio geral do que poderá atingir o atendimento médico no Brasil todo, caso realmente saia vitoriosa de todo o episódio uma determinada concepção do que é Medicina, do que seja um atendimento médico-previdenciário.

Não é de hoje que grassa nos círculos médicos a crença na eficiência do Estado, e o repúdio à ação da livre iniciativa, como a grande solução de todos os males da Medicina brasileira. As associações que congregam os profissionais das áreas médicas foram literalmente "ocupadas" por lideranças de perspectivas totalmente estatizantes. O resultado desse processo foi o *lobby* específico organizado na Constituinte que consagrou a concepção do sistema único de saúde. Por esta, uma vez centralizadas as possibilidades de atendimento médico — o que abrangeria não só o número

de leitos disponíveis como também o volume de medicamentos e quantidade de pessoal médico à disposição do serviço público —, toda a demanda poderia ser suprida pelos serviços médicos estatais até o ponto em que se corporifique, no sonho estatizante, a expressão *exclusivamente*.

De acordo com essa mentalidade, desde a mais elementar triagem médica, passando pela consulta especializada, que requer sofisticado aparelhamento sempre carente de atualização, até todos os tratamentos, intervenções e cirurgias seriam de inteira responsabilidade de uma colossal rede pública de atendimento médico: Em plenos anos da *perestroika*, quando toda a Europa faz o possível para livrar-se do peso do Estado, o mínimo que se pode dizer dessa concepção de Medicina é que é anacrônica.

O pior é que tal conceituação, materializada no Suds, prejudica, sempre o mais necessitado, aquele brasileiro que não possui, na maioria das vezes, nenhum recurso e precisa de atendimento médico. A crise que está envolvendo a área da saúde em São Paulo é o melhor alicerce desta conclusão. Os responsáveis pela Secretaria da Saúde paulista, frente à resistência da rede privada em perder as consultas simples, abandonaram o gradualismo e avançaram

estatização adentro: "Nós assumimos as urgências e as consultas especializadas também", afirmou o secretário-adjunto Enio Duarte. Com que recursos? Com que equipamentos? Uma solução já foi imediatamente aventada: a contratação de médicos, enfermeiras, auxiliares, em caráter emergencial, isto é, *sem concurso*! Sem que se fale da curiosa solução do coordenador do Suds na Grande São Paulo, que insiste em "reeducar" o segurado para que ele mesmo (??) distinga se o seu caso é *simples*, o que o levará, portanto, ao centro de saúde mais próximo, ou se é complexo, obrigando-o, nesse caso, a procurar um serviço médico melhor equipado...

A concepção de Medicina que alicerça o Suds deve-se estes tipos de solução. A cega crença na capacidade do Estado, a necessidade ideológica, especialmente, de atacar a livre iniciativa, provoca na Medicina brasileira o que uma vez já chamamos de *reumatismo estatizante*, que tolhe movimentos, anula a reação muscular e compromete, irremediavelmente, o desenvolvimento futuro do *paciente*. Os contornos que a crise da saúde em São Paulo vem assumindo nos fazem pensar que este reumatismo está piorando. Com graves consequências para quem depende deste "paciente", ou seja, toda a população necessitada de atendimento médico.